

# Formação Continuada de Professores: Uma ênfase cultural



## Paulo Freire: Pedagogia do Oprimido

### 2. A concepção “bancária” da educação como instrumento da opressão: seus pressupostos, suas críticas

Cássio Ricardo Fares Riedo

Elisabete Monteiro de Aguiar Pereira

“Ama el control y en el acto de controlar, mata la vida” (FROMM *apud* FREIRE, 1987, p. 37).

O Termo “educação bancária” foi criado por Paulo Freire e conhecido principalmente por meio do livro “Pedagogia do Oprimido”. O termo é usado por ele para se referir ao processo de educação como o ato de depositar, de transferir, de transmitir valores e conhecimentos por meio da narração dos conteúdos. Para Paulo Freire (1987), a narração cria uma separação entre o sujeito que narra e os ouvintes, onde o educador (narrador) conduz os educandos (ouvintes) à memorização mecânica do conteúdo narrado. Em tal contexto, os conteúdos são desconectados da realidade e da totalidade em que surgem, não ganham significação e transformam os educandos em receptáculos de conhecimentos fragmentados, sem espaço para a criatividade ou para algum tipo de transformação. A educação bancária não favorece espaço para novas significações, apenas para memorização. O objetivo da educação bancária é adaptar os educandos aos valores do mundo transmitido a eles por meio do modo de fazer a educação e dos conhecimentos transmitidos.

Para a concepção “bancária”, quanto mais adaptados, tanto mais “educados” estarão os homens; quanto mais tiverem exercitado o arquivamento dos depósitos de conhecimentos transmitidos, tanto menos desenvolverão, em si, a consciência crítica, que poderia resultar em sua inserção no mundo; quanto mais imposta a passividade, mais ingenuamente tenderão a adaptar-se ao mundo, à realidade parcializada dos depósitos recebidos ao invés de transformar a realidade. Assim, a

visão “bancária” minimiza ou anula o poder criador dos educandos, estimulando sua ingenuidade e não sua criticidade.

Para Paulo Freire (1987), por meio dessa forma, os opressores pretendem transformar a mentalidade dos oprimidos e não a situação que os oprime, pretendem ainda, manter intacta a estrutura social existente, negando aos oprimidos conhecimentos e condição de buscar transformá-la. A educação bancária não favorece a mobilidade dos oprimidos na estrutura social, o que é interessante para a classe dominante, pois, para esta, levar os oprimidos a pensar autenticamente pode ser perigoso, uma vez que poderia levá-los a questionar os valores e a forma da organização social, e, nenhuma “ordem” opressora suporta questionamentos sobre seus valores.

Paulo Freire (1987) acusa a educação bancária de formar homens que simplesmente estão no mundo e não com os outros, de formar espectadores e não recriadores do mundo. Essa educação, além de dificultar o pensar autêntico, concebe a consciência como se fosse alguma seção “dentro” dos homens, mecanicamente compartimentada, passivamente aberta ao mundo que a irá “enchendo”, depositando conhecimentos desconectados da realidade vivida pelos oprimidos.

Portanto, a “educação bancária” pode ser considerada como de interesse dos opressores que se sentem mais seguros quanto mais adequados estejam os homens ao seu mundo e quanto menos seus valores forem questionados. Nesta visão, o “saber” torna-se uma doação daqueles julgados como sábios àqueles que nada ou pouco sabem.

Deve-se considerar que há um sem-número de educadores de boa vontade envolvidos pelo clima gerador da concepção “bancária” e sofrendo sua influência sem perceber seu significado. Para Freire (1987), são educadores que não se percebem a serviço da desumanização ao praticarem o “bançarismo” e sua acomodação ao mundo da opressão. Não percebem que, pela participação simbólica na vida de outra pessoa, criam a ilusão de que atuam, quando, em realidade, não fazem mais que submeterem-se e converterem-se em parte deles, acreditando na ação de fazer depósitos de “comunicados”, como um saber considerado verdadeiro. Para Paulo Freire (1987), esse tipo de educação não leva ao saber, pois, só existe saber na invenção e reinvenção, na busca inquieta,

impaciente, permanente, que os homens fazem no mundo, com o mundo e com os outros.

Freire propõe em contraposição à concepção bancária, uma educação problematizadora que assume o caráter de problema, de desafio, de invenção e construção do pensamento, isto é, uma forma autêntica de pensar e atuar, sem dicotomizar o pensar da ação, considerando simultaneamente a si mesmo e ao mundo. Pontua que não é possível fundar a compreensão dos homens como seres “vazios” a quem o mundo “encha” de conteúdos. Não é possível basear-se na consciência mecanicamente compartimentada, mas em homens com uma consciência direcionada e intencionada ao mundo com os outros, pois a busca do individualismo conduz ao egoísmo e à desumanização. Se a intenção é a libertação dos homens, não é possível mantê-los alienados, pois a libertação autêntica, que é a humanização em processo, não se deposita nos homens como uma palavra oca ou mitificante. É *práxis*, que implica na ação e na reflexão dos homens sobre o mundo para transformá-lo.

A educação problematizadora coloca a exigência da superação da contradição educador-educandos. Só com a superação desta contradição é possível o estabelecimento de uma relação dialógica, onde o educador já não é o que apenas educa, mas o que, enquanto educa, é educado em diálogo com o educando que, ao ser educado, também educa. Ambos, assim, se tornam sujeitos do processo, crescem juntos numa nova relação onde os “argumentos da autoridade” não valem.

Paulo Freire (1987) afirma que a concepção problematizadora reforça a mudança, uma vez que o educador desenvolve o saber com os educandos, e este com o educador, não mais a serviço da opressão, mas da libertação. Diz que a vida humana adquire novo sentido nessa comunicação e reconhece que “o pensar do educador somente ganha autenticidade na autenticidade do pensar dos educandos, mediatizados ambos pela realidade, portanto, na intercomunicação” (FREIRE, 1987, p. 37).

Nesse sentido, ao invés dos educandos serem recipientes dóceis, são investigadores críticos, em diálogo com o educador, também um investigador crítico, pois, quanto mais problematiza com os educandos, tanto mais estes se sentem desafiados como seres no mundo e com o mundo e novas compreensões dos desafios vão surgindo no processo das respostas. O papel do educador

problematizador é proporcionar as condições em que se dê a superação do conhecimento no nível do parecer (“doxa”) pelo verdadeiro conhecimento no nível da reflexão (“logos”) (FREIRE, 1987).

A percepção ingênua ou mágica da realidade da qual resultava a postura fatalista derivada da concepção bancária deve ceder lugar a uma percepção capaz de levar o educando a perceber-se e, ao perceber-se, ter nova percepção da realidade que lhe parecia inexorável e objetivada. Por meio da nova percepção adquire conhecimentos para construir um futuro mais socialmente justo, além de se identificar com o movimento permanente em que se acham inscritos enquanto homens inconclusos. Portanto, a educação problematizadora é “prática da liberdade, ao contrário daquela que é prática da dominação, implica na negação do homem abstrato, isolado, solto, desligado do mundo, assim também na negação do mundo como uma realidade ausente dos homens” (FREIRE, 1987, p. 40), por isso, movimento histórico.

Defende que enquanto a prática bancária implica numa espécie de anestesia, inibindo o poder criador dos educandos, a educação problematizadora, de caráter autenticamente reflexivo, implica num constante ato de desvelamento da realidade. A reflexão, para ser autêntica, não é sobre um homem abstrato nem sobre um mundo sem homem, mas sobre os homens em suas relações com o mundo. Reforçando suas ideias, Paulo Freire (1987, p. 41, grifos do original) afirma que “não há um *eu* que se constitua sem um *não-eu*. Por sua vez, o *não-eu* constituinte do *eu* se constitui na constituição do *eu constituído*”.

Assim, segundo Freire (1987, p. 41) “o que antes já existia como objetividade, mas não era percebido em suas implicações mais profundas e, às vezes, nem sequer era percebido, se “destaca”” como uma situação desafiadora, mas não fatal e intransponível. Por meio da problematização, os educandos vão desenvolvendo o seu poder de captação e de compreensão do mundo, bem como de suas relações com ele, como uma realidade em contínuo processo de transformação. Vão se percebendo como homens inconclusos, isto é, que estão sempre no processo de se formar e se transformar.

Neste capítulo Paulo Freire aborda mais profundamente a educação problematizadora enquanto fazer humanista e libertador, e reflete na importância dos educandos, submetidos à dominação, lutarem por sua emancipação. Aborda também, que educadores e educandos se façam sujeitos num processo contínuo

de ensino-aprendizagem para fazer os educandos perderem a falsa consciência do mundo, superando o intelectualismo alienante da educação bancária e o autoritarismo do educador que a desenvolve.

Como conclusão diz que “ninguém educa ninguém, como tampouco ninguém se educa a si mesmo: os homens se educam em comunhão, mediatizados pelo mundo” (FREIRE, 1987, p. 39).

## REFERÊNCIAS

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17 ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.